

Anunciaram que vão ser construídas 49 mil unidades. Nós já estamos no penúltimo ano do governo, até agora não chegaram a dez mil, salvo melhor juízo. Não chegaram a dez mil.

Esperamos que tenha 49, que tenha muito mais, porque é importante ter programas decentes. É importante ter programas que deem dignidade, mas não programas com 15, 20, 30 metros, porque uma família com cinco, seis, sete, oito pessoas jamais pode morar, não tem a menor condição de morar em uma casa ou em uma edícula, ou em qualquer puxadinho lá que consiga ter apenas 15 metros, como é o caso.

Por isso é que nós temos orgulho, sim, de defender o programa “Minha Casa, Minha Vida”. E ele está de volta para fazer com que as pessoas que ganham até 2.640 reais possam ter acesso.

Aqueles que não têm condições tem um subsídio da União e aqueles que ganham mais têm também outra faixa para adquirir a sua casa, a sua dignidade, porque é justo que todos nós tenhamos a decência, a dignidade e a nossa casa para criar a nossa família.

Então, de volta ao programa “Minha Casa, Minha Vida”, de volta um governo democrático, de volta a oportunidade, e nós queremos fazer, realmente, uma visita técnica lá em Campinas para entender que programa é esse aí, se isso pode ser chamado de programa, e como é que se deu isso, quem são os atores disso, como é que defendem o programa?

Porque eu lembro, na época do governo Jânio Quadros aqui em São Paulo, tinha umas casinhas que davam vergonha, deputado Gilmaci. Dava vergonha dizer que aquilo ali era um programa de habitação.

Cingapura foi já no governo Maluf, Professora Bebel, é verdade, mas lá no governo Jânio Quadros tinha o Conjunto Barro Branco, Conjunto Habitacional Barro Branco, na Cidade Tiradentes, onde eu moro, que a gente passava... Não é possível que o prefeito da cidade apresente isso como um programa de habitação.

Por isso que é importante a Comissão de Habitação aqui nesta Casa, é por isso que vamos fazer essa visita e é por essas razões que vamos defender políticas decentes para o nosso estado, para a nossa população de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Em votação o projeto, salvo emendas e subemenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem. Verificação de votação, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Faremos agora a verificação de votação.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. A partir deste momento, estamos fazendo soar o sinal intermitente por quatro minutos para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que não se encontrem em plenário tomem conhecimento da votação que se realizará.

O SR. PAULO CORREA JR - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente. Para colocar o PSD em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - PSD em obstrução.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para colocar o PT/PCdoB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - PT/PCdoB em obstrução.

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - Pela ordem, presidente. União Brasil em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - União Brasil em obstrução.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente. Republicanos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Republicanos em obstrução.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pela ordem, Sr. Presidente. Para colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Podemos em obstrução.

O SR. VINICIUS CAMARINHA - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. Federação PSDB Cidadania em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Federação PSDB Cidadania em obstrução.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem. PSOL em obstrução. PSOL REDE, perdão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - PSOL REDE em obstrução.

O SR. LEONARDO SIQUEIRA - NOVO - Pela ordem, Sr. Presidente. Partido Novo em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Novo em obstrução.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Presidente. Partido Progressistas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Partido Progressistas em obstrução, Capitão Telhada.

O SR. CAIO FRANÇA - PSB - Pela ordem, presidente. Para colocar o PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - PSB em obstrução.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, presidente. Para colocar o PL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - PL em obstrução.

O SR. DR. ELTON - PSC - Presidente? PSC em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - PSC em obstrução.

O SR. ITAMAR BORGES - MDB - Pela ordem, Sr. Presidente. Colocar o MDB em obstrução, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - MDB em obstrução.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Pela ordem, Sr. Presidente. Colocar o PDT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - PDT em obstrução. Tendo transcorridos quatro minutos, o sistema eletrônico ficará aberto para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados votem “sim”, “não” ou registrem “abstenção” nos terminais dispostos em suas mesas.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Estão neste momento abertos os microfones de aparte para que os deputados que não conseguiram votar de maneira eletrônica possam fazer o seu voto.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Jorge Wilson.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Para que o projeto seja aprovado, precisamos de 48 votos? É isso?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Quarenta e oito votos.

Não havendo mais deputados querendo votar, passamos agora para a alteração dos votos. Algum deputado gostaria de alterar o seu voto? (Pausa.)

- Verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. LEONARDO SIQUEIRA - NOVO - Pela ordem, presidente. O meu voto ali está como “obstrução”? Eu já havia votado. Eu já havia votado “sim”.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - O deputado Leo Siqueira tinha votado. Feita a correção.

Não havendo mais deputados querendo alterar o seu voto, passaremos agora à proclamação do resultado da votação: 45 votos “sim”, mais este presidente, 46, quórum insuficiente para a votação do presente projeto, ficando adiada então a sua votação.

Está encerrada a presente sessão.

- Encerra-se a sessão às 20 horas e 14 minutos. * * *

21 DE JUNHO DE 2023 64ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: RODRIGO MORAES, MAJOR MECCA, VITÃO DO CACHORRÃO e PAULO FIORILO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - RODRIGO MORAES

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos, ou dez minutos após o término desta sessão.

2 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - MAJOR MECCA

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - PRESIDENTE RODRIGO MORAES

Cumprimenta a primeira-dama de Araçariguama, Mirelle Trevisan, bem como outras autoridades do mesmo município e também de Iperó, presentes no plenário.

6 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

7 - PRESIDENTE RODRIGO MORAES

Parabeniza o deputado Eduardo Suplicy, pelo seu aniversário, na data de hoje.

8 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - MAJOR MECCA

Assume a Presidência.

11 - VITÃO DO CACHORRÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - GIL DINIZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - PRESIDENTE MAJOR MECCA

Comenta o pronunciamento do deputado Gil Diniz.

14 - GUILHERME CORTEZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - VITÃO DO CACHORRÃO

Assume a Presidência.

GRANDE EXPEDIENTE

16 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

17 - PRESIDENTE VITÃO DO CACHORRÃO

Reitera cumprimentos a autoridades de São Roque, Araçariguama e Iperó, presentes no plenário.

18 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

19 - CAIO FRANÇA

Para comunicação, faz pronunciamento.

20 - RAFAEL SARAIVA

Por inscrição, faz pronunciamento.

21 - PAULO FIORILO

Assume a Presidência. Informa a presença do vereador Valtinho, de Iperó, no plenário.

22 - VITÃO DO CACHORRÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

23 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, faz pronunciamento.

24 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

25 - PRESIDENTE PAULO FIORILO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 22/06, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 16 horas e 30 minutos. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Rodrigo Moraes.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - RODRIGO MORAES - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Gostaria aqui de, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convocar V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos ou dez minutos após o término da presente sessão, em cumprimento ao interstício mínimo previsto no § 3º do Art. 100 do Regimento Interno, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 18ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 22/06/2023.

O SR. PRESIDENTE - RODRIGO MORAES - PL - Vamos agora para a lista de oradores inscritos do Pequeno Expediente: primeiro orador, deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Capitão Telhada. Ausente. Deputado Itamar Borges. Ausente. Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. (Pausa.)

Deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Dani Alonso. (Pausa.) Deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Reis. Concedida a palavra a V. Exa. pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Já fico aqui de prontidão.
Quero cumprimentar o deputado Rodrigo Moraes, que conduziu os trabalhos na data de hoje; os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica; cumprimentar todos aqueles e aquelas que nos acompanham em suas residências ou nos seus afazeres pela Rede Alesp.

Sr. Presidente, é para eu pedir depois a suspensão dos trabalhos? Já peço, não é, porque hoje o quórum está baixo. Eu posso falar, deputado tem imunidade.
Eu quero repercutir aqui o que aconteceu ontem, no Conselho de Ética. No dia 30 do mês de maio, eu fiz uma exposição aqui, Sr. Presidente Rodrigo Moraes, eu fiz uma exposição sobre uma matéria que saiu no “Intercept”.

Hoje eu não vou reproduzi-la novamente, mas em uma outra reunião, com certeza. Era uma matéria que falava dos fardados consagrados.
O que são esses fardados consagrados? São aqueles policiais militares que são conduzidos à sede da Igreja Universal. Lá é feita uma revista. Eu, na minha época, a gente fazia revista no quartel, a gente ficava em forma, no sol quente, e o oficial passava em revista a tropa. Olhava o corte de cabelo, se estava barbeado, se a farda estava passada, se a bota estava engraxada, então era assim que funcionava.

Agora fizeram uma parceria e eles vão para os templos, para o templo religioso. E eu passei essa matéria aqui porque eu achei que dentro do Estado laico não pode ter essa parceria com a igreja, usar os próprios da igreja para poder fazer esse tipo de trabalho.
Isso não cabe ao Estado, principalmente à polícia fardada, com arma, porque tudo aquilo é pago com os nossos impostos.

Existe até, Sr. Presidente, o tal do peculato uso. Se eu usar indevidamente aquilo que é do Estado, eu posso inclusive ser processado por peculato uso.

Deputado integrante da igreja não gostou, veio aqui e me chamou de mentiroso. “Não, você é mentiroso”. Obviamente, aqui é uma Casa de Leis, a gente tem que ter uma boa convivência. O único instrumento que eu tenho é fazer uma representação no Conselho de Ética e assim eu o fiz.

Ontem foi o julgamento. Por sete a um, não se admitiu essa representação. Votaram contra, ou pela não admissão, o deputado Barros Munhoz, o deputado Carlos Cezar, a deputada Marta Costa, o deputado Eduardo Nóbrega, o deputado Olim, o deputado Rui Alves e a deputada Solange Freitas. Somente a deputada Ediane Maria votou pela admissão dessa representação.

Isso cria um precedente. Quando se chama um parlamentar por conta de uma matéria e por conta do direito que ele tem de fiscalizar, de fazer o papel fiscalizador do Estado, porque a polícia é do Estado, é papel do deputado fiscalizar se a polícia está sendo bem empregada, se ela está sendo empregada na forma legal, na forma da lei, por isso que eu falei.

Mas isso não quer dizer que eu seja mentiroso. “A matéria é mentirosa”. Então tem que representar, tem que processar o jornalista. Por isso que eu não admiti, não aceitei de forma alguma.

Inclusive, o deputado Paulo Fiorilo pediu para que se tirasse das notas taquigráficas. É interessante que ele pede para tirar das notas taquigráficas. A Taquigrafia tirou, mas a Taquigrafia manteve o pedido dele. No pedido dele, diz “peço para que tirem das notas taquigráficas o título de mentiroso que foi...”

Eu até estou com um texto aqui, para não fazer injustiça. Não posso fazer injustiça. Então o deputado diz o seguinte: “Possivelmente, no calor do pronunciamento, o deputado... Reis de mentiroso. Eu sugiro ao Sr. Presidente, se concordar, que retire das notas taquigráficas.”

Bom, realmente foi retirada a fala do deputado, mas o pedido continua. Ou seja, isso continua no Diário Oficial e continua no programa da Rede Alesp. Qualquer um que acessar pela Rede Alesp o dia vai ver o deputado pronunciando dessa forma.

Então, quando se cria um precedente, quer dizer o seguinte, que possivelmente poderemos chamar a todos os deputados de mentirosos que não há problema, desde que seja feito na tribuna não há problema, porque se criou um precedente. Em que pese o deputado tenha dito que não, que pela lei, inclusive uma lei que foi sancionada pela Dilma, 13.019, a igreja pode sim receber os policiais. Mas essa lei, ela disciplina o regime jurídico da administração para fazer parcerias. E ela diz, lá no Art. 42, e eu quero depois repercutir essa lei aqui, a hora que estiver no Grande Expediente, que tiver um tempo maior, que tem que haver uma formalização. Não é só empregar a igreja.

A lei proíbe que a Polícia, que o Estado, use a igreja. A Constituição é taxativa. É vedado, é proibido. Então, se está usando, porque a lei diz que pode haver a parceria, essa parceria tem regras, e ela tem que ser formalizada. Se não há essa formalização, ela continua proibida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RODRIGO MORAES - PL - Continuando a lista de oradores inscritos, convido a deputada Leci Brandão. Ausente. Deputado Carlos Giannazi. Ausente. Deputado Major Mecca. Deputado Major Mecca tem a palavra pelo tempo regimental, por cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, os nossos irmãos policiais militares e civis que estão neste plenário nos acompanhando, a todos que nos acompanham pela TV Alesp e pelas redes sociais.

Hoje pela manhã, nós acompanhamos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito da Epidemia de Crack. Deputado Gil Diniz, o senhor acompanhou. Os senhores acompanharam a segunda audiência pública que nós promovemos, na semana passada, ouvindo moradores e comerciantes da área central, que sofrem com o problema da Cracolândia.

E para que existe uma CPI, uma comissão parlamentar de inquérito? Uma CPI é uma ferramenta para se investigar e identificar autores responsáveis por esse resultado.

Quais foram os governadores, quais foram os prefeitos, responsáveis, hoje e durante anos, que nós acompanhamos a formação de uma aglomeração que é chamada de “Fluxo”, de dependentes químicos?

Instalados no Centro de São Paulo, onde atuam traficantes de drogas. Onde acontece o crime de formação de quadrilha, o crime de corrupção de menores. Está lá agora, instalado, no Centro da cidade de São Paulo.

Quem são os responsáveis? Quais foram as autoridades que, através de ação ou de omissão, permitiram que aquilo se instalasse no Centro da cidade de São Paulo?

Hoje a CPI recebeu o vice-governador, Felício Ramuth, a quem eu agradeçi. Porque o vice-governador realmente se empenhou. Não foi somente um compromisso de campanha.

Ele e a equipe dele está empenhada na busca da solução desses problemas. Eu digo “desses problemas” porque nós informamos o vice-governador. E hoje ele deu uma resposta, quando ele fez uso da palavra nessa CPI, em relação a muitos moradores.

Uma dessas famílias é uma família que tem um filho autista, que tem dificuldade de se deslocar, de sair do prédio, tanto para ir à escola quanto para ir às consultas. Porque o veículo que vai à residência dele para fazer esse transporte não consegue entrar na rua, porque é justamente a rua onde está instalado o fluxo, com milhares de dependentes químicos, traficantes, criminosos, que se abrigam ali, com armas de fogo, até fuzil. Isso testemunhado por essas famílias.

E o crime está lá, acontecendo continuamente. Nós precisamos, esta Casa tem a responsabilidade de identificar e apresentar um relatório ao Ministério Público, para que haja denúncia criminal de quem agiu ou se omitiu para que esse fato assolasse e assolé, hoje, os cidadãos de bem da cidade de São Paulo e do estado de São Paulo.

Hoje nós temos uma preocupação em relação a como é tratada essa pauta, porque, Sr. Presidente, nós temos a informação, deputado Reis, de que prefeituras pegam veículos, colocam dependentes químicos, tiram de uma cidade, desembarcam em outra cidade; tiram de cidades do interior, do litoral, e trazem para o centro de São Paulo.

Dependentes químicos são tirados do centro de São Paulo, levados para outros bairros distantes, para outras cidades vizinhas; e isso não é a maneira de se resolver o problema.

Quando nós cobramos o Ministério Público e o Poder Judiciário, envolvidos nessa demanda, é porque, quando o policial se depara com uma cena dessa, com uma prática de crime, o estado tem que direcionar todas as partes envolvidas: o iniciado tem que ir para um tratamento químico, tratamento numa clínica adequada, e lá ele tem que permanecer; o criminoso tem que ir para a cadeia.

Só que não adianta ser solto na audiência de custódia e voltar ao centro para continuar traficando, roubando e praticando outros delitos. Ou seja, todas as partes têm que ter o devido encaminhamento, para que os moradores, os trabalhadores tenham liberdade. Porque hoje eles têm o cerceamento da sua liberdade.

Nós acompanharemos os trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, para que realmente seja uma ferramenta de responsabilização, e não única e exclusivamente um palanque político onde o resultado é definitivamente zero, como sempre ocorreu em todas as CPIs que aconteceram nesta Casa. Ninguém foi responsabilizado por nada, ninguém respondeu por nada; e o povo é quem paga a conta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RODRIGO MORAES - PL - Continuando aqui os inscritos no Pequeno Expediente, deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Deputado Bruno Zambelli. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.)

Deputado Rogério Santos. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.)

Deputada Beth Sahnõ. (Pausa.) Deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputada Márcia Lia. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Fabiana Barroso. (Pausa.) Deputada Ana Perugini. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.)

Continuando pela Lista Suplementar, deputado Luiz Claudio Marcolino. Ausente. Deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. Com a palavra o deputado Carlos Giannazi por cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, quero aqui fazer um pronunciamento, Sr. Presidente, endereçado ao prefeito do município de Jundiá, o prefeito Luiz Fernando, que inclusive foi deputado estadual aqui na Assembleia Legislativa.

Quero fazer um apelo a ele para que reconheça o direito à aposentadoria especial das diretoras e diretores da rede municipal, que é uma garantia, Sr. Presidente. Já houve inclusive um debate e uma Adin do Supremo Tribunal Federal, e para nós não há dúvida alguma de que quem assume o cargo de diretor ou diretora de escola faz parte da carreira do Magistério. Isso é muito claro, não há dúvidas em relação a isso.

A pessoa que acessa esse cargo, normalmente pelo concurso público, veio do Magistério, faz parte da carreira do Magistério, e não de um cargo administrativo. Tanto é que uma das exigências para que um professor possa assumir o cargo de diretor na rede pública de ensino é que ele tenha tempo de docência, tempo na sala de aula. É muito simples assim.

Então, logo, esse diretor, essa diretora faz parte da carreira do Magistério, como o coordenador pedagógico também faz parte da carreira do Magistério, o supervisor de ensino faz parte da carreira do Magistério.

Isso é o que determina a legislação. Os gestores, os diretores e as diretoras, estão em luta em Jundiá. Tive uma reunião recente com um grupo muito grande, inclusive, de diretores e diretoras, um grupo bem mobilizado, fazendo essa reivindicação.

Existe, me parece, um óbice, um artigo em uma legislação que é totalmente inconstitucional, que vai contra esse princípio, essa lógica que eu apresentei agora, mas ele pode ser alterado.

O prefeito de Jundiá pode alterar essa legislação e colocá-la em consonância com o que determina a legislação maior, reconhecendo que esses servidores são parte, são integrantes da carreira do Magistério.

Cito o exemplo aqui da cidade de São Paulo. O município de São Paulo reconhece, tem esse entendimento. A cidade de São Paulo, que tem a maior rede municipal do Brasil, talvez da América Latina, reconhece.

Após a decisão do Supremo, a Prefeitura de São Paulo reconheceu e reconhece esse direito à aposentadoria especial dos diretores e das diretoras. Então fica aqui o nosso apelo ao prefeito de Jundiá, aos vereadores de Jundiá, para que façam gestões no sentido de reconhecer esse direito.

Aproveito também para fazer um apelo à Prefeitura no sentido de que faça o enquadramento das ADIs, das auxiliares de Educação Infantil, na carreira do Magistério, porque elas têm a função docente.

Elas exercem essa função docente, elas são aprovadas em concurso público e elas têm formação na área. Todos os requisitos estão dados, todas as condições objetivas para que elas sejam enquadradas na carreira do Magistério, porque elas são responsáveis pela primeiríssima infância.

Quando se fala em primeiríssima infância - e muitos falam disso, prefeitos, vereadores, governadores - tem que investir em quem cuida da primeiríssima infância, e quem cuida e quem fica o dia todo com a criança é a educadora de